

PREFEITURA DE ITAQUI – RS



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 028-19, DE 31 DE MAIO DE 2019.

Autoriza o Poder Executivo a proceder a contratação temporária, de excepcional interesse público, de Nutricionista.

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a contratar, por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a função a seguir descrita:

Função	Quantidade	Vencimento Mensal	Carga Horária
Nutricionista	01	R\$ 2.839,07	40h semanais

Parágrafo Único. As atribuições do contratado no exercício da função acima mencionada são as constantes no anexo I, desta Lei.

Art. 2º O contrato vigorá pelo prazo determinado de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

Parágrafo Único. O Poder Executivo Municipal, a qualquer tempo, poderá rescindir o contrato emergencial, observada a necessidade do serviço e o interesse público.

Art. 3º O contrato temporário de excepcional interesse público é de natureza administrativa e assegura ao contratado os direitos estabelecidos no art. 244, da Lei Municipal Nº 1.751/1990.

Parágrafo Único. Ao contratado na forma desta lei fica assegurado também:

I – o direito de percepção do adicional por atividade insalubre, desde que cumpridas as exigências previstas nas Leis Municipais Nº 1.751/1990, e Nº 2.218/1996 e no Laudo Técnico Pericial do Município;

II – o direito de percepção do vale-transporte, desde que cumpridas as exigências previstas na Lei Municipal Nº 2.111/94 e no Decreto Nº 2.966/95.

III – o direito público subjetivo à estabilidade provisória, desde a confirmação do estado fisiológico de gravidez da contratada, até cinco (5) meses após o parto, nos termos do Art. 10, II, “b”, do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 4º A contratação autorizada por esta Lei, será realizada levando em consideração a ordem de classificação dos candidatos aprovados para a respectiva função em processo seletivo simplificado, promovido pelo Poder Executivo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 31 de maio de 2019.

JARBAS DA SILVA MARTINI
Prefeito

PREFEITURA DE ITAQUI – RS



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 028-19, DE 31 DE MAIO DE 2019.

A N E X O I

FUNÇÃO: NUTRICIONISTA

Descrição das atividades:

Planejar e executar serviços ou programas de nutrição e de alimentação em estabelecimentos do Município. Planejar serviços ou programas de nutrição nos campos de saúde pública, educação e de outros similares; Organizar cardápios e elaborar dietas; Controlar a estocagem, preparação e conservação e distribuição dos alimentos a fim de contribuir para a melhoria proteica, racionalidade e economicidade dos regimes alimentares; Planejar e ministrar cursos de educação alimentar; Prestar orientação dietética por ocasião da alta hospitalar; Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; Executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

QUALIFICAÇÕES EXIGÍVEIS:

Escolaridade: Curso Superior em Nutrição.

Habilitação legal específica: Inscrição/registro no Conselho Regional de Nutricionistas – CRN/RS.

Idade mínima: 18 anos.

Carga Horária: 40 horas semanais.

Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços externos, à noite, aos sábados, domingos e feriados.

PREFEITURA DE ITAQUI – RS



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 028-19, DE 31 DE MAIO DE 2019.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando o presente Projeto de Lei, que tem como objetivo a indispensável autorização legislativa, para a contratação temporária de 01(UM) Nutricionista, para atender o excepcional interesse público, a fim de compor a equipe técnica do Poder Executivo Municipal.

Justifica-se o pedido de contratação temporária de Nutricionista, pela imperiosa necessidade de serviço junto a Secretaria Municipal de Educação, face à vital importância para o correto e eficaz funcionamento da referida Secretaria, quanto ao Programa Nacional da Alimentação Escolar. Ademais, para o funcionamento do referido Programa, há a necessidade de se ter quatro nutricionistas, em razão do número de alunos matriculados na rede municipal de ensino, inclusive, o Ministério Público já se manifestou quanto ao número de profissionais de nutrição neste programa.

O art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, prevê a possibilidade de contratação, pela Administração, por tempo determinado para atender excepcional interesse público, fato que, se devidamente autorizado, reverterá em benefícios para todos os municípios.

Ademais, cabe salientar que a contratação temporária se faz necessária porque não há concurso público com validade para a função que se pretende contratar e o Poder Executivo, dentro do prazo de vigência do contrato temporário, terá tempo hábil para providenciar na realização de concurso público para provimento dos cargos.

Estas as razões que justificam o presente projeto de lei.

Gabinete do Prefeito, em 31 de maio de 2019.

JARBAS DA SILVA MARTINI

Prefeito